

**FORA DA
ESCOLA
NÃO PODE!**

**DIRETRIZES
PEDAGÓGICAS PARA
PREVENÇÃO DO
ABANDONO E DA
EVASÃO ESCOLAR**

EXPEDIENTE

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado do Tocantins

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação

MARKES CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS
Superintendente de Educação Básica

ADOLFO BEZERRA DE MENEZES
Diretor de Gestão da Educação Básica

MARIA NUNES DE B. LOURENÇO
Gerente de Gestão Pedagógica

VERNY DE FÁTIMA DE O. FUCKS
Unidade Técnica de Orientação Educacional

ELABORAÇÃO

GERÊNCIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA
ANACELE ALICRIM DE ALMEIDA SILVA
DIVA NUNES REZENDES
FERNANDA DA SILVA CERQUEIRA
JÚLIO CÉSAR DA ROCHA
MÁRCIA CRISTINA O. DE ALBUQUERQUE
NAYSE CARMO MAIA
SEILA ALVES PUGAS
Colaboração

LÊDA MARIA TOMAZI FAGUNDES
Gerência de Gestão Educacional

ROSANGELA SOUSA TERREÇO
Gerência de Ensino Fundamental

SCHIRLEY RÉGIA COSTA COLINA DE SOUSA
Gerência de Ensino Médio

MÁRCIA CRISTINA MOTA BRASILEIRO
Gerência de Ensino Integral

GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Eliziete Viana Paixão

ISRAEL DE FREITAS SILVA
Unidade Técnica de Atendimento Educacional Socioeducativo

PAOLA REGINA MARTINS BRUNO
Gerência de Educação Especial

WAXIY MALUÁ KARAJÁ
Gerência de Educação Indígena

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. JUSTIFICATIVA.....	6
3. OBJETIVO GERAL.....	8
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
5. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PEENZ E BUSCA ATIVA ESCOLAR UNICEF.....	11
5.1 Atribuições e competências do Diretor de escola:.....	11
5.2 Atribuições e competências dos Professores:.....	11
5.3 Atribuições e competências dos Coordenadores Pedagógicos:.....	12
5.4 Atribuições e competências do Orientador Educacional:.....	13
6. DA PREVENÇÃO: O PAPEL DO ACOLHIMENTO DIÁRIO.....	15
6.1 Promover espaços de escuta ativa às famílias:.....	15
6.2 Promover espaços de escuta ativa aos estudantes:.....	16
7. DA PREVENÇÃO: O PAPEL DAS MODALIDADES E ETAPAS DE ENSINO.....	18
7.1 No Ensino Fundamental:.....	18
7.2 Ensino Médio.....	19
7.3 As ações sugeridas para as escolas de Ensino Médio são:.....	20
7.4 No Ensino Integral.....	20
7.5 Na Educação de Jovens e Adultos.....	21
7.6 No Atendimento Educacional Socioeducativo.....	22
7.7 Na Educação Especial.....	22
7.8 Na Educação Indígena.....	23
7.9 Sugestões de ações que contribuam para a prevenção do abandono e evasão escolar:.....	24
8. BUSCA ATIVA: O RETORNO DO ESTUDANTE À ESCOLA.....	26
9. IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR PARA O SUCESSO DO ESTUDANTE NO RETORNO À ESCOLA.....	28
10. REFERÊNCIAS.....	30



1. APRESENTAÇÃO

Este documento trata sobre as diretrizes pedagógicas para a estruturação do Programa Evasão Escolar: Nota Zero – PEENZ, do Estado do Tocantins, bem como da estratégia Busca Ativa Escolar – BAE (UNICEF), tendo como arcabouço o regime de colaboração entre estado e municípios, a intersetorialidade, por meio de ações articuladas entre a Secretaria da Educação (SEDUC/TO), Ministério Público Estadual (MP/TO), Tribunal de Justiça (TJ/TO), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS/TO), Secretaria da Saúde (SESAU/TO), Secretaria da Segurança Pública (SSP/TO), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – Seccional/TO), União dos Dirigentes Municipais da Educação do Tocantins (UNDIME/TO), Prefeituras Municipais e Conselhos Tutelares.

O PEENZ e a Busca Ativa Escolar – BAE – (UNICEF) visam implementar políticas públicas de prevenção e combate ao abandono escolar, evitando a infrequência e, conseqüentemente, a evasão. Nas redes de ensino, estimulam a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na elaboração e execução das ações do Projeto Político Pedagógico, na construção do projeto de vida do estudante, bem como na promoção de aprendizagens significativas e contextualizadas com vistas ao desenvolvimento integral do estudante. As ações propostas pelo PEENZ concentram-se no monitoramento da frequência, para oportunizar a intervenção a partir dos motivos que levam a baixa frequência dos estudantes.

A Busca Ativa Escolar (UNICEF) centra esforços na matrícula ou (re)matrícula de crianças e adolescentes que se encontram fora da escola, sendo possível identificar, localizar e encaminhar para a reintegração à escola, como também assistir as famílias que necessitam de apoio, por meio da inserção no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e serviços da rede de proteção social existentes em cada município (saúde, saneamento básico,



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA PREVENÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR

educação, assistência social, trabalho, entre outros). Este processo envolve um fluxo de ações intersetoriais, interinstitucionais na esfera municipal e estadual, de forma colaborativa, complementar e sistematizada, utilizando tecnologia social (plataforma digital), na qual são registradas informações sobre a situação de exclusão escolar, assim como do retorno dos estudantes à escola e o acompanhamento destes no decorrer do ano.

Essas diretrizes fundamentam-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Resolução CNE/CP Nº 2, de 22/12/2017– que institui a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Lei 2.977, de 08/07/2015 – que aprova o Plano Estadual de Educação (2015–2025) e no Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, com o objetivo de garantir o acesso, permanência e o sucesso do estudante na educação básica.



2. JUSTIFICATIVA

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus Sars-CoV-2, declarada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a educação teve que enfrentar um contexto absolutamente atípico e desafiador, precisando reformular métodos de ensino e aprendizagem, espaços e tempos escolares.

No estado do Tocantins, o Decreto nº 6.065, de 13 de março de 2020, determinou como ação preventiva, a suspensão de todas as atividades educacionais nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino. Desde então, os profissionais da educação iniciaram a construção de uma estrutura de superação de limites para dar prosseguimento ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes regularmente matriculados.

Visando atender as necessidades de todos os envolvidos no processo educacional, pensando em uma nova perspectiva de trabalho para prevenção e combate ao abandono e evasão escolar, compreendendo estes fenômenos como formas de violência/exclusão social, considerando a importância do acompanhamento sistemático/permanente da frequência e rematrícula dos estudantes, compreendeu-se a importância da elaboração destas Diretrizes, para orientar e subsidiar a implementação das ações do Programa Evasão Escolar: Nota Zero e a Busca Ativa Escolar (UNICEF).

Dessa forma, as Diretrizes Pedagógicas de Prevenção ao Abandono e a Evasão Escolar na Rede Estadual de Ensino do Tocantins têm como pressupostos o regime de colaboração, a intersetorialidade e a articulação com a Rede de Proteção e demais instituições, como também com o envolvimento de toda rede interna escolar (estudantes, servidores, professores, equipes pedagógicas e diretivas) e, também, das Instâncias Colegiadas (Associações de Pais, Mestres - APM, Conselho Escolar, Conselho de Classe Pedagógico, Grêmios Estudantil,



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA PREVENÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR

Clubes de Protagonismo), para mobilização da comunidade escolar, visando o retorno do estudante infrequente às atividades escolares, possibilitando-lhe o aproveitamento do ano letivo e a permanência na escola, com sucesso.

Este documento foi elaborado com o objetivo de direcionar, orientar e contribuir com o planejamento e implementação de ações a serem realizadas pela equipe gestora e corpo docente das escolas, em prol do sucesso do ensino e aprendizagem. De forma mais ampla, destina-se a todos os envolvidos de forma direta e indireta, para a prevenção do abandono e da evasão escolar na Rede Estadual de Ensino do Tocantins, trabalhando a recoposição das aprendizagens por meio das tecnologias e metodologias ativas, visando a superação das defasagens advindas do contexto padêmico.



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA PREVENÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR

3. OBJETIVO GERAL

Contribuir com as Unidades Escolares na sistematização e execução de ações, buscando promover o acolhimento e o desenvolvimento integral dos estudantes, minimizando o abandono, a evasão escolar e a reincidência destes problemas, por meio de normativas da política educacional da SEDUC/TO, Programa Evasão Escolar: Nota Zero, da estratégia Busca Ativa Escolar (UNICEF).



4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Orientar a definição de estratégias de ações conjuntas (instâncias colegiadas, comunidade escolar e unidades escolares) na prevenção à baixa frequência, a infrequência, ao abandono e a evasão escolar;
- Nortear o trabalho escolar visando o sucesso de todos os estudantes e a execução de estratégias pedagógicas eficientes;
- Potencializar ações efetivas para a redução dos índices de abandono e evasão escolar;
- Direcionar a busca de estratégias que visem à proteção social e o direito de aprendizagem dos estudantes;
- Promover o acolhimento dos estudantes, considerando os impactos causados pela Covid -19;
- Divulgar as ações exitosas da BAE envolvendo a equipe gestora, professores líderes e estudantes monitores, com o objetivo de incentivar o retorno dos estudantes faltosos;
- Promover sistematicamente atividades de mobilização da busca ativa escolar com a participação efetiva dos Grêmios Estudantis e Clubes de Protagonismo;
- Estimular o uso da escuta ativa presencial e online, objetivando a coautoria dos estudantes nas ações de enfrentamento ao abandono e evasão escolar;
- Reunir a equipe escolar para repensar as ações pedagógicas, metodologias e atividades que promovam o monitoramento e a prática de avaliação coletiva da escola;
- Elaborar estratégias de autoavaliação das práticas internas nas salas de aula e alinhar ações coletivas integradoras;
- Promover momentos de escuta com as famílias, para identificar os avanços alcançados pelos estudantes, após o retorno à escola;

- Resaltar a importância da equipe multidisciplinar (Psicólogo(a) Assistente Social e Orientador(a) Educacional) na unidade escolar, como colaboradores no processo de ensino aprendizagem.



5. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PEENZ E BUSCA ATIVA ESCOLAR UNICEF

5.1 Atribuições e competências do Diretor de escola:

PEENZ - Instituir a Escola de Família com fundamentação na Constituição Federal, que estabelece a educação como um direito de todos, dever do Estado e da própria família, com o objetivo de elaborar ações conjuntas, promover estudos com temáticas da contemporaneidade: projetos de liderança e representatividade; projetos de vida, autoconhecimento, empatia, cooperação, autocuidado, responsabilidade e cidadania, além de orientação vocacional e profissional; escuta ativa, propor reflexão sobre importância da participação na vida escolar dos filhos, a necessidade do acompanhamento afetivo no processo de desenvolvimento e a importância da parceria entre escola e familiares para o sucesso da aprendizagem;

BAE (UNICEF) - Atuar como Agente Comunitário para registrar “alertas” na plataforma da Busca Ativa Escolar - (UNICEF), referentes aos estudantes evadidos da Rede Estadual de Ensino, em colaboração com a equipe de campo da estratégia no município;

Indicar um servidor da Orientação Educacional para desenvolver o papel de Técnico Verificador na Busca Ativa Escolar (UNICEF). Ambos devem informar os dados (nome, data de nascimento, CPF, e-mail, telefone e função) ao Coordenador Operacional da referida estratégia do município, para a realização do cadastro e liberação do acesso à plataforma;

Assegurar o cumprimento das ações propostas pelo PEENZ e BAE (UNICEF).

5.2 Atribuições e competências dos Professores:

- Efetivar as ações propostas pelo PEENZ e BAE:



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA PREVENÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR

- a.) Realizar levantamento dos estudantes evadidos/e ou em risco de abandono no início dos semestres letivos e informar à equipe pedagógica;
- b.) Informar a ausência não justificada do estudante por 3 (três) faltas e/ou dias consecutivos, ou 7 (sete) faltas e/ou dias alternados no período de um mês (30 dias), comunicar imediatamente à equipe pedagógica da escola por meio de Formulário de Controle Interno de Faltas Injustificadas – CIFI (Anexo II);
- c.) Trabalhar diariamente o acolhimento dos estudantes, a construção do projeto de vida, o autoconhecimento, o autocuidado, respeito à diversidade, dentre outros assuntos que demandam atenção;
- d.) Utilizar metodologias tais como: palestras, saraus literários, campanha de prevenção e combate ao abandono, parcerias com instituições governamentais e privadas, participação nas ações e estratégias de busca ativa, para assim, promover aprendizagens essenciais (oratória, liderança, cooperação, formação cidadã e outras), com o intuito de promover o protagonismo estudantil;
- e.) Proporcionar ao estudante um ambiente escolar receptivo e acolhedor, com ações pedagógicas de adaptação curricular e avaliativa.

5.3 Atribuições e competências dos Coordenadores Pedagógicos:

- Efetivar as ações propostas pelo PEENZ e BAE:

- a.) Organizar os registros com os devidos formulários do CIFI, para os professores preencherem com os dados dos estudantes infrequentes;
- b.) Realizar acompanhamento periódico e sistemático dos formulários do CIFI, garantindo agilidade no processo e a efetivação das providências, em um prazo máximo de 7 (sete) dias a partir do comunicado dos professores e encaminhar ao Orientador Educacional para as devidas providências;
- c.) Aplicar avaliação diagnóstica bimestral para verificar a aprendizagem do estudante regresso e propor intervenções pedagógicas e avaliativas;



d.) Orientar o corpo docente na elaboração do Plano de Acompanhamento Individualizado para recuperação da aprendizagem dos estudantes que retornaram à escola;

e.) Acompanhar a frequência e o desempenho dos estudantes rematriculados durante um ano e repassar periodicamente, conforme estratégia, as informações ao Supervisor Estadual da Busca Ativa Escolar (UNICEF), a fim de que possa realizar as devidas intervenções e registros na plataforma digital.

5.4 Atribuições e competências do Orientador Educacional:

■ Efetivar as ações propostas pelo PEENZ, dentre elas:

a.) Assessorar a coordenação pedagógica da escola por meio da organização, análise de dados e diagnósticos referentes ao desempenho acadêmico do estudante junto ao Conselho de Classe;

b.) Preencher a ficha FICAI, em 3 (três) vias, no caso de infrequência pelo período de uma semana e após busca ativa escolar;

c.) Arquivar os formulários com as providências adotadas pela Rede de Proteção, Conselho Tutelar e/ou Ministério Público, após o retorno do estudante à escola;

d.) Encaminhar as primeiras e terceiras vias da ficha FICAI ao Conselho Tutelar, sendo que a segunda via permanece na unidade escolar, caso o estudante não retorne à escola;

e.) Apoiar o corpo docente na elaboração do projeto de vida dos estudantes, a inserção destes em projetos e ações que fortaleçam os vínculos com a escola;

f.) Preencher a planilha de Ações do Programa Evasão (Anexo I) para sistematizar os contatos às famílias, visitas domiciliares, atendimento pela Rede de Proteção e busca ativa escolar;

g.) Encaminhar o relatório com Planilha Ações do Programa Evasão até o dia 28 de cada mês para a Diretoria Regional de Educação.



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA PREVENÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR

- Efetivar as ações propostas pelo BAE, dentre elas:

a.) Realizar visitas domiciliares com o objetivo de aprofundar conhecimento de cada caso em “alerta” e produzir análise técnica sobre a situação da criança/adolescente identificados com o status “fora da escola”, bem como apresentar as recomendações visando à solução dos casos encontrados;

b.) Registrar na plataforma da BAE (UNICEF) informações pertinentes à pesquisa e análise dos casos de crianças e adolescentes identificados com o status “fora da escola” a partir das visitas domiciliares, escuta e observações;

c.) Dar publicidade ao Regimento Escolar com foco nos direitos e deveres dos estudantes;

d.) Promover o acolhimento, a escuta ativa aos estudantes e familiares;

e.) Acompanhar, em parceria com o Coordenador Pedagógico, o Plano de Acompanhamento Individualizado visando a recuperação da aprendizagem e os progressos dos estudantes rematriculados, durante o período de um ano;

f.) Reiniciar o fluxo de acompanhamento da BAE, caso o estudante abandone novamente a escola.

As atribuições e competências dos membros do Comitê do Programa Evasão Escolar: Nota Zero constam integralmente na Cartilha do PEENZ (<https://www.to.gov.br/seduc/evasao-escolar-nota-zero/32letl55w8oh>) e na Instrução Normativa Nº 008, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial Nº 5721, de 10 de novembro de 2020.



6. DA PREVENÇÃO: O PAPEL DO ACOLHIMENTO DIÁRIO

6.1 Promover espaços de escuta ativa às famílias:

- No campo de atuação é salutar que a equipe gestora realize um trabalho integrado, colaborativo, sistematizado no Plano de Ação e no Projeto Político Pedagógico da Escola - PPP, garantindo o acolhimento, o envolvimento e a participação das famílias, com a finalidade de manter o vínculo com a escola, por meio de atendimento individualizado, escuta atenta, observação, visitas domiciliares, entrevistas, bem como reuniões periódicas com os pais, professores e demais colaboradores, com ênfase na permanência dos estudantes na escola;
- Realizar reuniões em consonância com a disponibilidade das famílias, abordando temáticas de seu interesse, que contribuam para ampliar seus conhecimentos e ideias, enriquecendo as possibilidades de diálogo;
- Promover estratégias que possibilitem a aproximação da família à escola, no início do ano letivo, tais como: apresentação dos espaços escolares, dos profissionais, da proposta pedagógica e metodologias aplicadas no processo ensino-aprendizagem;
- Estimular o pertencimento por meio da valorização dos saberes, cultura e talentos das famílias, envolvendo-as nas ações do PPP;
- Acolher as famílias com empatia, respeito, procurando compreender os contextos em que vivem, constituídos por valores, culturas, condições socioeconômicas, necessidades afetivas, experiências escolares vivenciadas e níveis de escolaridade, a fim de compreender suas dificuldades no acesso ao direito à educação, bem como no acompanhamento da aprendizagem dos filhos, considerando que as realidades socioeconômicas muitas vezes, dificultam o acesso e o diálogo da família com a escola;



- Encaminhar as famílias em situação de risco social ao CRAS e com direitos violados ao CREAS, bem como a outros serviços assistenciais disponíveis no município, por meio da Equipe da Busca Ativa (UNICEF) ou Conselho Tutelar;
- Identificar e encaminhar as famílias dos estudantes da educação especial para o AEE – Atendimento Educacional Especializado, mais próximo da sua residência.

6.2 Promover espaços de escuta ativa aos estudantes:

- Promover o acolhimento planejado, intencional e fundamentado nos princípios da pedagogia da presença, de modo que a escola faça sentido para o estudante, e ele se sinta reconhecido, visto, ouvido, respeitado e acolhido;
- Organizar tempo e espaço, trabalhar as competências socioemocionais no cotidiano da unidade de ensino, para que haja respeito mútuo entre os estudantes e equipe escolar;
- Incorporar o diálogo com os estudantes à rotina escolar, para que expressem suas opiniões, necessidades e anseios, a partir de conversas, reuniões, debates, assembleias e outros meios que possibilitem a comunicação com segmentos da escola;
- Envolver os estudantes, com a parceria do Grêmio Estudantil, em atividades culturais, científicas e esportivas, incentivando-os ao desenvolvimento cognitivo, físico e emocional, promovendo a integração, acessibilidade/inclusão, o desenvolvimento global e a permanência na escola;
- Criar condições para que os estudantes elaborem o seu Projeto de Vida e, posteriormente, este seja debatido com outros estudantes em momento de interação e escuta coletiva;
- Proporcionar a participação dos representantes estudantis na elaboração do Projeto Político Pedagógico, Conselhos de Classe Pedagógicos e outros



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA PREVENÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR

momentos de escuta, para obtenção de feedbacks sobre a atuação da escola e a identificação de pontos de aprimoramento.



7. DA PREVENÇÃO: O PAPEL DAS MODALIDADES E ETAPAS DE ENSINO

7.1 No Ensino Fundamental:

Na transição das crianças da educação infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental ocorrem diversos desafios: os espaços educativos, as propostas pedagógicas das redes, as metodologias de ensino e formas de avaliação provocam ansiedade, insegurança e dúvidas nos estudantes, afetando a adaptação da criança nesses novos contextos educativos, marcados pelo início e a consolidação do processo de alfabetização;

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, os estudantes vivenciam as mudanças biológicas e psicossociais provocadas entre o período da pré-adolescência e adolescência, surgindo dúvidas e conflitos pessoais entre o ser/estar, as perspectivas quanto à vida adulta e as escolhas profissionais;

Visando minimizar os impactos causados neste período de transição, seguem sugestões de estratégias que podem contribuir com o processo de acolhimento na transição das etapas de ensino:

- Realizar encontros formativos com a equipe pedagógica: estudos sobre as fases do desenvolvimento das crianças e adolescentes, com a finalidade de auxiliá-la no gerenciamento das emoções em sala de aula;
- Promover roda de conversa com os pais objetivando orientá-los e acolhê-los no novo espaço educativo (1º ano do Ensino Fundamental);
- Definir estratégias de avaliação para o ciclo de alfabetização, organizar os espaços de sala de aula, considerando os direitos de aprendizagens e os campos de experiências trabalhados na educação infantil;
- Orientar os estudantes sobre como se organizar para os estudos, agenda escolar, horários de aulas, horários recreativos (1º e 5º ano).



- Disponibilizar cronograma de atendimento às famílias e estudantes (Orientação Educacional);
- Criar clube de adolescentes protagonistas visando fortalecer a participação juvenil nas decisões do colegiado;
- Fortalecer as ações do Grêmio Estudantil com vistas a ampliar o engajamento sociopolítico e cultural dos estudantes.

7.2 Ensino Médio

Com a Reforma do Ensino Médio, a SEDUC/TO está definindo uma nova arquitetura para atendimento nesta etapa da educação básica, que inclui aspectos físicos, pedagógicos e suporte escolar (transporte, salas temáticas, laboratórios, alimentação escolar, adaptações de espaços; entre outros.), na perspectiva da educação inclusiva, cidadã e integral, em todas as etapas e modalidades.

Para o enfrentamento do abandono e evasão escolar no Ensino Médio sugerem-se as seguintes estratégias:

- Realizar levantamento nas Unidades Escolares do quantitativo de jovens de 15 a 17 anos de idade que estejam evadidos;
- Promover reunião intersetorial com representantes de instituições parceiras, para definir competências e responsabilidades nas ações conjuntas de busca dos jovens de 15 a 17 anos em situação de abandono escolar;
- Mobilizar a comunidade local, por meio da equipe pedagógica das respectivas unidades escolares, das organizações estudantis, das lideranças comunitárias e da associação de apoio à escola, para o resgate desses jovens, visando um atendimento educacional especializado, com projetos que atendam a realidade local;
- Realizar campanha de divulgação, nos meios de comunicação locais e disponíveis, dos projetos e ações de incentivo à inserção desses jovens na escola;



- Elaborar e aplicar questionário no google forms, para verificar as expectativas e anseios dos estudantes do Ensino Médio, como também promover rodas de conversa entre equipe pedagógica, estudantes e pais/responsáveis.

7.3 As ações sugeridas para as escolas de Ensino Médio são:

- Divulgar através de cartazes, pôsteres e posts/vídeos em redes sociais e sites da administração pública incentivando os jovens a virem para escola;
- Inclusão do tema em eventos e mídias da Unidade Escolar;
- Promover campanhas periódicas da Busca Ativa com a participação do Grêmio Estudantil, Líderes de Turmas e Clubes de Protagonismo;
- Replicar ações executada pelos participantes do Selo UNICEF, como: divulgação nas páginas digitais (sites) da SEDUC/TO e prefeituras de resultados positivos e informações sobre a estratégia Busca Ativa Escolar;
- Gravar documentário com depoimentos dos jovens resgatados pela Busca Ativa Escolar, seus familiares e parceiros da escola, para divulgação dos trabalhos realizados e resultados alcançados para todos os envolvidos na execução desta estratégia.

7.4 No Ensino Integral

É imprescindível que a escola organize ações focadas nos estudantes, principalmente aqueles de famílias em situação de vulnerabilidade social, entre elas:

- Acolher e levar em consideração os impactos gerados pelo distanciamento social, os efeitos da crise econômica sobre os lares, os lutos que eles podem ter sofrido e as consequências negativas provocadas por eventuais violências domésticas, abusos, ansiedades e medos;



- Incentivar o protagonismo do estudante visando o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, estimulando a aprendizagem e a formação da autonomia e do pensamento crítico.

7.5 Na Educação de Jovens e Adultos

O ensino de Jovens e Adultos deve considerar os aspectos socioeconômicos, culturais, faixas etárias, vulnerabilidades, necessidades e anseios dos estudantes, para que a Proposta Pedagógica atenda as especificidades e promova a aprendizagem por meio componentes curriculares significativos, que os auxiliem na vida cotidiana e acadêmica.

Seguem sugestões de estratégias que podem contribuir com o processo de acolhimento e permanência dos estudantes da EJA:

- Formar os educadores para a criação de um ambiente escolar acolhedor da diversidade, com flexibilidade nos modelos de atendimento;
- Preparar o acolhimento para o retorno dos estudantes, envolvendo os jovens e adultos protagonistas e equipe escolar;
- Organizar uma agenda com responsáveis pelo acolhimento; a cada semana um grupo de professores e estudantes fica incumbido de produzir e compartilhar mensagens;
- Proporcionar momento de escuta ativa para estudantes e professores, a fim de potencializar a empatia e o autoconhecimento;
- Realizar uma avaliação diagnóstica com o estudante a fim de identificar e trabalhar as habilidades não desenvolvidas;
- Planejar atividades observando o resultado da avaliação diagnóstica para o atendimento individualizado;
- Identificar, a partir da avaliação diagnóstica, os estudantes com perfil para serem monitores, para auxiliarem os professores no atendimento individualizado.



7.6 No Atendimento Educacional Socioeducativo

Considerando que no sistema socioeducativo não há abandono e evasão escolar, propõem-se ações que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem:

- Trabalhar com o desenvolvimento das competências socioemocionais;
- Trabalhar com projetos interdisciplinares;
- Desenvolver oficinas com foco no projeto de vida.

7.7 Na Educação Especial

A educação especial é ofertada nos sistemas de ensino por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE, no qual os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação têm direito ao ingresso, acesso, permanência, qualidade do ensino, o bem-estar e ao sucesso na Educação Básica.

O Atendimento Educacional Especializado caracteriza-se por:

- Promover as adaptações ambientais, físicas e materiais, necessárias para todos os estudantes da unidade escolar, com o objetivo de propiciar as melhores condições de comunicação, interação e favorecer a plena participação de todos nas atividades escolares;
- Promover adaptações curriculares, de estratégias e critérios da atuação docente, de modo que oportunizem a ação educativa escolar às condições peculiares de aprendizagem de todos os estudantes, considerando que o processo ensino e aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades educacionais dos estudantes na escola (MEC/SEESP/SEB, 1998);

As adaptações curriculares que devem ser promovidas nas diferentes instâncias são as modificações nos objetivos, conteúdos, metodologias,



recursos, ambientes e organização didática, para responder às necessidades educacionais de cada estudante, e assim favorecer as condições necessárias para que se efetive a superação das barreiras para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Não se trata da implementação de um novo currículo, mas de um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os estudantes. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares proporcionam a planificação pedagógica das ações docentes, fundamentadas em critérios que definem: o que o estudante deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar.

Os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação matriculados nas Unidades Escolares têm direito ainda ao Atendimento Educacional Especializado, ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais, no contra turno das classes regulares, o que contribui para evitar a evasão escolar, através da complementação, suplementação e ou flexibilização do Currículo do Ensino Regular viabilizando o atendimento individualizado planejado a partir da elaboração do PDI - Plano de Desenvolvimento Individual, proporcionado a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com o aprendizado ao longo da vida.

7.8 Na Educação Indígena

Considerando as especificidades da Educação Escolar Indígena e as razões pelas quais geralmente se apresentam como “justificativa” para evasão e abandono nas escolas indígenas, é importante pensar na organização escolar perpassando pelo projeto de vida caracterizado pela afirmação das identidades étnicas, pela reafirmação das memórias históricas, valorização das línguas e



conhecimento de cada povo na articulação vital entre escola, sociedade e identidade.

Nesse sentido, se faz necessário o respeito à autonomia das comunidades favorecendo assim a autoestima dos estudantes indígenas, autoconfiança e persistência diante dos novos desafios, entendendo a educação escolar como um importante instrumento de desenvolvimento pessoal e de conquistas coletivas, dada a sua relevância, fortalecendo a língua materna, as práticas sócio-históricas e socioculturais, necessárias para o pleno desenvolvimento.

7.9 Sugestões de ações que contribuam para a prevenção do abandono e evasão escolar:

- Envolver os estudantes em roda de conversa, momento planejado de escuta, dinâmicas reflexivas, palestras, relatos de experiências, jogos direcionados e gincanas temáticas, que favoreçam a adaptação à escola, em cada etapa de ensino e priorizem os seus direitos;
- Fortalecer as ações de protagonismo juvenil dirigidas pelo Grêmios Estudantil em parceria com os clubes;
- Promover um bom acolhimento, perpassando pela avaliação diagnóstica em todas as etapas, a fim de avaliara aprendizagem dos estudantes e estabelecer novas estratégias pedagógicas;
- Organizar momentos específicos de relatos de experiências pelos anciãos indígenas contando histórias do seu povo, elevando a cultura e incentivando o protagonismo do estudante indígena, reafirmando o orgulho de pertencimento, superação de dificuldades e a possibilidades de novas conquistas coletivas por meio da escolarização;
- Elaborar projeto de prevenção ao suicídio e o alcoolismo e outras temáticas em relação à saúde física e emocional, com a parceria de profissionais da saúde;



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA PREVENÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR

- Propor atividades interdisciplinares, que estimulem o prazer pela permanência dos estudantes na escola;
- Realizar oficina de artesanato, com materiais diversos existentes nas comunidades indígenas, visando fortalecer a cultura e fomentar o empreendedorismo.



8. BUSCA ATIVA: O RETORNO DO ESTUDANTE À ESCOLA

É importante que a escola acolha o estudante de modo significativo, respeitoso, valorizando as aprendizagens que os mesmos trazem, sejam elas no âmbito conceitual, procedimental e atitudinal. Estas aprendizagens serão parâmetros para que a comunidade escolar retome o processo educativo e os objetos de conhecimento que integram os respectivos componentes curriculares. Deste modo, é essencial que se trabalhe os conteúdos conceituais e as competências socioemocionais. Neste sentido, a equipe escolar precisa desenvolver um trabalho articulado e integrado com as Instituições parceiras que compõem o PEENZ e a BAE, observando as especificidades de cada segmento e o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar.

É indispensável também, que a direção da escola coordene o planejamento das ações de acompanhamento do estudante, concentre esforços na mobilização de toda a equipe escolar para atuarem de forma receptiva, sanando dificuldades que ocorram no retorno, após a interrupção da frequência. Buscando também, o envolvimento da família nesse processo.

O processo de acolhimento e reintegração do estudante ao ambiente escolar será conduzido pela equipe multidisciplinar, em parceria com a Comunidade Escolar e suas instâncias participativas (conselho escolar, conselho de classe, grêmio estudantil, líderes de sala, Associação de Apoio à Escola e família), para promover o alinhamento entre as práticas pedagógicas, docentes, as estratégias de acolhimento contínuo e de acompanhamento personalizado do desempenho, a fim de que os estudantes percebam a relevância da educação escolar, sintam-se incluídos e protagonistas no processo de ensino e aprendizagem.

Compete à equipe pedagógica a realização de uma avaliação diagnóstica, buscando identificar quais competências e habilidades o estudante desenvolveu, orientar o planejamento da reorganização curricular conforme as necessidades



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA PREVENÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR

detectadas, do acompanhamento, do período (dias, horários, tempo), de atividades desafiadoras, partindo dos conhecimentos mais simples aos mais complexos, com vistas à recuperação da aprendizagem e o estudante, resgate a autoestima, o apreço, a confiança pela escola e o gosto pelos estudos, especialmente aqueles que apresentam defasagem de aprendizagem e maior propensão a evadir.

A equipe pedagógica primará pelo desenvolvimento de competências socioemocionais, buscando mediar conflitos, por meio do programa saúde paz na escola, Volta ao Novo II (IAS) sobre competências emocionais respeitando as ideias divergentes do grupo, favorecendo a convivência harmoniosa entre todos os integrantes da Unidade Escolar; utilizando também como subsídio o PEENZ, e a Instrução Normativa Nº 008/2020.

Os Grêmios Estudantis podem contribuir no processo de reinserção dos estudantes, organizando, sob a supervisão da equipe pedagógica, um grupo de estudos, como mais um mecanismo de apoio para recuperação das competências e habilidades.

Os Auxiliares de Higienização exercem papel fundamental no acolhimento, contribuindo para que a escola seja um ambiente limpo, organizado e agradável. Além de preparar o alimento escolar, a merendeira contribui com o cuidado e o afeto na relação com o estudante.



9. IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR PARA O SUCESSO DO ESTUDANTE NO RETORNO À ESCOLA.

A participação dos professores é fundamental, sobretudo, na sala de aula, onde o estudante deve ser recebido com afeto e atenção, identificando-se as razões que o levaram à evasão, realizando com ele uma avaliação diagnóstica, planejando assim, a recuperação da aprendizagem e o acompanhamento de seu desenvolvimento e resgate do prazer pelos estudos, assim:

- A primeira iniciativa do professor é a identificação do nível de proficiência que o estudante apresenta das habilidades trabalhadas na turma até o momento do retorno. A avaliação diagnóstica deve ser criteriosa, elaborada de maneira que demonstre os conhecimentos prévios e os que são essenciais à série/ano/período. Caso seja mais adequado para a organização do trabalho pedagógico, o instrumento avaliativo pode ser aplicado pela equipe pedagógica, no entanto, a elaboração e correção são responsabilidades de cada professor, assim como a apropriação do resultado para a tomada de decisão sobre os encaminhamentos. Salienta-se que a avaliação diagnóstica será definida a partir da relação entre o Plano de Acompanhamento Individualizado (Plano de Ensino – PEI, após o diagnóstico do estudante atendendo a recomposição das suas competências e habilidades necessárias ao desenvolvimento do seu processo ensino aprendizagem) e o período letivo em que o estudante retorna à escola.

- Identificados os déficits de aprendizagem, a segunda iniciativa do professor diz respeito ao planejamento de estratégias de recomposição por meio do Plano de Acompanhamento Individualizado, no qual deve haver uma sequência de ações extras e interligadas à rotina das aulas, assegurando, segundo ao documento Curricular da Educação Básica, “tempos e espaços de reposição



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA PREVENÇÃO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR

dos conteúdos curriculares”. Essa é uma condição essencial, para que ocorra a recomposição das aprendizagens.

- A terceira iniciativa por parte do professor envolve a reavaliação, que tem o objetivo de identificar os ganhos no aprendizado no período de desenvolvimento do Plano de Estudos Especiais. Essa reavaliação não tem por finalidade determinar resultados para fins de promoção, mas sim, de situar o estudante em relação ao andamento da turma e decidir se são necessários outros encaminhamentos.

A Lei nº 9394/96 art. 24, inciso VI, prescreve: o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação. Por outro lado, o desenvolvimento da Busca Ativa prevê o retorno, acolhimento e recomposição das aprendizagens pelos estudantes nos bimestres subsequentes direcionem a superação das dificuldades, devendo a equipe pedagógica seguir a Resolução nº 186/2005, no início do ano letivo seguinte, com acompanhamento dos inspetores escolares.

As Diretrizes Pedagógicas para a Prevenção do Abandono e da Evasão Escolar contribuirão para a realização de um trabalho articulado e integrado, promovendo a reflexão, revisão, efetivação de estratégias, ações para o ensino e aprendizagem, escuta ativa, acolhimento dos estudantes e suas famílias, que configuram aspectos fundamentais para o alcance dos objetivos do Programa Evasão Escolar: Nota Zero, da Busca Ativa Escolar (UNICEF), que visam o acesso, permanência e o sucesso do estudante na educação básica.



10. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 03 de jan. de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 03 de jan. de 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: INEP, 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Distrito Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 03 de jan. de 2022.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 03 de jan. de 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>. Acesso em: 03 de jan. de 2022.

BRASIL. Resolução CEE\CEB Nº 1, de 14 de janeiro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906 Acesso em: 03 de jan. de 2022.

PARANÁ. Programa de Combate ao Abandono Escolar. 2ª ed. Paraná: Curitiba, 2018. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate_abandono_escolar/pcae_2ed.pdf. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

UNICEF; INSTITUTO TIM; CONGENAS; UNDIME. **Busca Ativa Escolar. A Implantação do Município**. Brasília-DF, 2017.

_____. Busca Ativa Escolar. Manual do Técnico Verificador. Brasília-DF, 2017.

UNICEF; INSTITUTO TIM; CONGENAS; UNDIME. Busca Ativa Escolar. A Implantação no Estado. Brasília-DF, 2018.